



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 020/2015 –TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11227/2014

Apenso: Processo 10224/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Caapiranga.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Senhor Zilmar Almeida de Sales, Prefeito do Município, à época.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo n.º 222/2014 – DICOP (fls. 8.172/8.8.245).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer n.º 416/2015-MPC-CASA (fls. 8.249/8.8.251), da lavra do Procurador de Contas Carlos Alberto Souza de Almeida.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Caapiranga.
Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em parcial consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO à Câmara Municipal de Caapiranga a **desaprovação das Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPIRANGA**, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Zilmar Almeida de Sales**, Prefeito do município, à época, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de abril de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 020/2015 –TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

12.1 – Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce-am.gov.br/spede> e informe o código: 7736BF76-E29EBF21-03367B37-A5211806



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 020/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 020/2015)

1- Processo TCE nº 11227/2014

Apenso: Processo 10224/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Caapiranga.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Senhor Zilmar Almeida de Sales, Prefeito do Município, à época.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo n.º 222/2014 – DICOP (fls. 8.172/8.8.245).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer n.º 416/2015-MPC-CASA (fls. 8.249/8.8.251), da lavra do Procurador de Contas Carlos Alberto Souza de Almeida.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2013.

Contas irregulares. Multas. Alcance. Prazo. Determinação ao responsável e ao atual Prefeito do Município.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – Á UNANIMIDADE:

9.1.1 - Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Caapiranga, exercício de 2013, de responsabilidade do senhor Zilmar Almeida de Sales, prefeito do município, à época, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.1.2 - Aplicar multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas seguintes impropriedades:

- **Ausência de publicação do Contrato n.º 03/2013-CPL-Caapiranga**, cujo objeto era aquisição de combustíveis, no valor global de 79.461,00, originário da Dispensa n.º 2/2013.

- **Impropriedades levantadas pela DICOP**, no Relatório Técnico de Vistoria da DICOP (fls. 8.172/8.8.245), relacionadas as Cartas-Contrato n.º 023/2013, n.º 045/2012, n.º 027/2013, n.º 019/2013, n.º 020/2013, n.º 004/2013, n.º 006/2013 e n.º 022/2013;

9.1.3 - Considerar em ALCANCE o Sr. Zilmar Almeida de Sales no montante de R\$ 1.621.237,50 (um milhão seiscentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente às despesas liquidadas e pagas de forma



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 020/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 020/2015)

irregular na execução das obras objeto das Cartas-Contrato n.º 023/2013, n.º 045/2012, n.º 027/2013, n.º 019/2013, n.º 020/2013, n.º 004/2013, n.º 006/2013 e n.º 022/2013;

9.1.4 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.1.5 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do Município de Caapiranga do valor referente ao alcance, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor do alcance deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

9.1.6 - Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.1.7 - Determinar ao responsável e ao atual Prefeito do Município de Caapiranga que:

- a) Observe todos os dispositivos constantes na Resolução n.º 7/2002 – TCE/AM, que versa acerca do Sistema ACP/Captura;
- b) Observe os prazos para o envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária previstos na Resolução n.º 15/2013 – TCE/AM, com alterações da Resolução n.º 24/2013 – TCE/AM;
- c) Adote as medidas necessárias para efetuar a execução da Dívida Ativa Tributária ou Não Tributária, sob pena de a renúncia de receita gerar responsabilidade fiscal;
- d) Empreenda esforços para implantação de um Sistema de Controle Interno, tal como delineado nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal.
- e) Observe com maior rigor as disposições das Lei Complementar n.º 101/2000, sobretudo no que diz respeito às metas fiscais.
- f) cumpra integralmente os ditames da Lei Complementar n.º 131/2009 e Lei Federal n.º 12/527/2011 – Lei de Acesso a Informação, atentando para que as informações publicadas sejam disponibilizadas em tempo real, nos termos do Decreto Federal n.º 7.185/2010, e com apresentação didática dos dados e em linguagem cidadã, com possibilidade de *download* do banco de dados e canal de interação com os usuários, tudo em observância às boas práticas de promoção da transparência.

9.2 – POR MAIORIA, aplicar multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales, no valor de **R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de atraso** no envio dos dados do ACP (janeiro a dezembro), **totalizando R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, com fulcro no art. 54, IV, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, II, da Resolução nº 04/2002.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de abril de 2015.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 020/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 020/2015)

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

12.1 – Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 7736BF76-E29EBF21-03367B37-A5211806